



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/08/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Com as presenças dos Vereadores Roberto Tripoli, Arselino Tatto, Alfredinho e Goulart, na Presidência, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, ano de 2014.

A audiência pública tem por objetivo expor e debater o projeto de lei 312/14, que dispõe sobre a criação do quadro de analistas da administração pública municipal QAA – plano de carreiras, reenquadra cargos e funções do quadro de pessoal de nível superior, instituído pela Lei 14.591, datada de 13 de novembro de 2007. Institui o respectivo regime de remuneração por subsídio.

A realização da audiência foi publicada no Diário Oficial da cidade de São Paulo, e em dois jornais de grande circulação: Diário de São Paulo e Folha de S. Paulo, nos dias 11 e 12 de agosto.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, *links* Auditórios On-Line.

Foram convidados, estão ao nosso lado a Dra. Leda Paulani, Secretária Municipal de Planejamento; e o Secretário Adjunto de Planejamento, Rodrigo Alves Teixeira; Sérgio Ricardo, Presidente do Sindsep; Leandro Valquer Leite, Vice-Presidente do Sindsep; Antonio Carlos Zima, Secretário Geral de Sindsep; Antonio Carlos Hannickel, Presidente do Ciesp; Moricleia Soares dos Santos, Presidente do CRESS; Maurício Chiaretti, Presidente do SASP; Enéas de Arruda Campos, Presidente da SEAM; e Manuel Nascimento Veríssimo, Presidente da Afasp.

Registro que se encontra presente, para a alegria da Casa e de todos os servidores, a servidora pública do Município de São Paulo, a ex-prefeita e Deputada Federal, Luiza Erundina.

- Palmas prolongadas.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – O critério da audiência pública será o seguinte: primeiro a palavra será para a nossa Secretaria Leda Paulani para que faça a exposição do projeto.

Devido o tempo que temos para a realização desta audiência pública, é interessante que os representantes de entidades representativas, quem for falar em nome das entidades, que se inscrevessem prioritariamente. Posteriormente, as demais pessoas, caso haja tempo, poderão falar, todos poderão falar.

Temos de ser muito criteriosos com o tempo. Teremos 1h35min para a realização da audiência.

Tem a palavra a Secretária do Planejamento, Leda Paulani.

A SRA. LEDA PAULANI – Bom dia a todos. Farei uma apresentação para começarmos a discussão com as informações corretas.

Gostaria de falar de pé.

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Solicito ao pessoal do som que resolva esse problema técnico.

- Pausa.

A SRA. LEDA PAULANI – Vamos lá, pessoal. Felipe, pode passar.

Primeira coisa: como se organizam as carreiras de nível superior na Prefeitura? Elas estão organizadas, a partir da lei de 2007, em cinco carreiras, que chamamos carreiras de especialistas. Há a carreira de especialistas em administração, orçamento e finanças públicas, que envolve administradores, contadores, economistas, etc; especialista em assistência e desenvolvimento social, basicamente assistentes sociais; especialistas em meio ambiente, geólogos, biólogos, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais; especialistas em desenvolvimento urbano, engenheiros e arquitetos; e especialistas em informações técnicas, culturais e desportivas, pessoal formado em esportes, bibliotecários, e assim por diante.

Quais são hoje as distorções dessa carreira, no que ela prejudica a administração pública? Primeiro, o salário inicial da carreira é de três mil, cento...

- Vaias.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir a Secretária.

- Vaias.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Ordem no plenário para que possamos ouvir o que a Secretária tem a dizer.

A SRA. LEDA PAULANI – Gente, esse é o salário teórico do início da carreira...

- Vaias.

- Manifestações fora do microfone.

- Vaias.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) - Vamos garantir a palavra da Secretária. Em seguida, todos terão direito à palavra.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - Então, eu gostaria que quem entrou agora nos últimos concursos mostrasse o holerite só com os 1.800.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - Não é 1.800.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - Gente me deixe falar, por favor.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - Padrão. Padrão.

Gente, por favor, eu peço que vocês contem um pouco a ansiedade para podermos discutir. Senão vai ser impossível.

-Manifestações na galeria.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Pela ordem, Sr. Presidente. Som. Som. Eu queria

aproveitar esse som aqui da Mesa. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) - Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Sr. Presidente, queria fazer um encaminhamento no sentido seguinte: temos pouco tempo neste local. Atrapalhar a fala da Secretária implica em ir passando o tempo.

O importante seria ouvirmos a Secretária e vocês vão ter tempo para poder contradizer a Secretária, ao microfone.

- Manifestações na galeria.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Não, senão ela não vai falar e o tempo vai passar.

Bem, estou fazendo um quebramento. Se acharem justo, muito bem. Senão, vamos ficar nessa gritaria e, ao meio-dia, acaba, vamos embora, sem resultado nenhum.

Então, seria bom pedir silêncio às pessoas para ouvir e, depois, vamos ouvir o Sindicato, que vai ter o direito de falar do mesmo jeito, contradizer, enfim.

A SRA. LEDA PAULANI - Bem, gente, estou aqui com o salário do servidor. Esse salário que colocamos aí é o salário total.

- Manifestações de vaia na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - O salário padrão, o padrão, o holerite... Eu falei: "Eu quero que me mostrem um holerite onde se ganhou apenas 1.800 reais". Está aqui o líquido desse servidor: 2.600.

- Manifestações na galeria.

O SR. - Pela ordem. Se eu ficar doente, eu não ganho isso, não.

A SRA. LEDA PAULANI - Nós temos toda uma Coordenadoria de Gestão de Pessoas na Prefeitura, uma Assessoria de Relações do Trabalho. Temos vários órgãos lá. Nós não chegaríamos aqui com uma informação tão absurdamente equivocada, não é?

- Manifestações na galeria.

A SRA. LEDA PAULANI - Bem, só tem o seguinte: se é verdade que o salário é de

1.800, OK, está bem, então vamos admitir que seja de 1.800. Isso reforça mais nossa proposta. Só isso. (Palmas)

Está bem. Então, o salário inicial é de 1.800, no padrão, mais as gratificações. Dá um salário teórico, inicial, de 3.157. No primeiro ano, antes do estágio probatório, dá um salário inicial de 2.800, 2.900 reais.

Muito bem. Com isso, muito abaixa a procura nos concursos. Os concursos da Prefeitura, hoje, não mais atraem bons quadros que é um salário que é incompatível com as carreiras de nível superior.

O que acontece é que os servidores prestam o concurso, passam, às vezes bons quadros não duram um ano, um ano e meio na Prefeitura e, à primeira oferta de qualquer outro lugar, eles saem eles saem.

Precisamos construir uma espinha dorsal de RH na Prefeitura, que ela está quase quebrando - como vou mostrar para vocês.

Bem, com isso, então temos essa baixa retenção de servidores, em especial no início das carreiras, que foi o que falei. Temos poucos servidores para as necessidades do Município: Inativos 3.335, num total de 7.227 servidores de nível superior. É muito pouco para uma cidade das dimensões, complexidade e carências que São Paulo tem.

Essa forma de remuneração que é feita hoje, gera uma folha de pagamento complexa e pouco transparente. Atualmente, para dar uma ideia, há 67 rubricas de pagamento, fazendo com que cada servidor tenha uma folha quase praticamente para ele. O sistema roda mais de 200 folhas, hoje, para poder fazer o pagamento dos servidores.

Há uma política de gratificações pouco transparente e uma incorporação de cargos em comissão que desestimula os mais experientes, aqueles que têm mais conhecimento, de assumir funções de chefia.

Essa estrutura e o quadro das carreiras do jeito que estão são empecilho para que consigamos ter uma boa estrutura de recursos humanos na Prefeitura, que a Cidade precisa e

exige. Pode passar.

Isso aí é a distribuição, por referência, dos servidores optantes e ativos do atual plano de cargos de carreiras de salários de nível superior. Eu falei que a espinha estava quebrando e a quebra dela está aí.

Essa é a distribuição, por referência, o que dá uma ideia muito boa da distribuição, por tempo de serviço, dos servidores. Temos um acúmulo de pessoas no começo de carreira, são os que entram, ficam pouco tempo e saem. No final de carreira, os funcionários mais antigos, são aqueles que entraram lá atrás quando os concursos eram mais atrativos.

No meio temos uma barriga, ou seja, uma espinha quebrando. Temos na estrutura de recursos humanos da Prefeitura uma espinha, que é feita pelo pessoal de nível superior, que está quebrando.

Aqui está o alto nível de evasão do início de carreira.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LEDA PAULANI – Se tiver algum erro, depois nós podemos acertar.

O novo quadro de carreiras de nível superior propõe para os novos ingressantes uma proposta da Prefeitura, desta Administração, para que possamos melhorar o problema, atrair melhores quadros para a Prefeitura e reter os bons quadros.

É um novo quadro, com carreiras melhores e mais estruturadas, melhores salários e um novo regime de remuneração que é a remuneração por subsídio.

- Manifestação na plateia. (vaias)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) - Silêncio. A palavra está com a Secretária, em seguida os senhores terão direito à palavra.

A SRA. LEDA PAULANI – Volte um pouco. Eu repito que esta é uma proposta para os novos ingressantes.

- Manifestação na plateia. (vaias)

A SRA. LEDA PAULANI – Qual é a proposta? Carreiras melhores e mais

estruturadas. Nós temos, nesse novo quadro de carreiras de nível superior, 17 referências, 4 níveis, 18 meses para promoção entre cada uma das referências e 25 anos e meio para chegar a última referência. As características desse novo quadro de carreiras, a progressão ou a mudança de referência dentro de cada nível se dá exclusivamente por tempo. Hoje não, hoje tem avaliação de desempenho.

A promoção, que é a mudança de referência entre um nível e outro, vai se dar em função de formação, titulação e desempenho. Então, a avaliação de desempenho vai entrar na mudança de nível e o pagamento do valor cheio do cargo em comissão. Então, quando o servidor vai assumir um cargo, ele vai receber o valor cheio e não apenas a diferença do cargo anterior, como é hoje. Esse valor do cargo em comissão vai ser pago apenas enquanto o servidor estiver ocupando o cargo de chefia.

Essa é a nossa proposta para os salários. Então, os salários desses novos quadros de carreira seriam no primeiro nível de 4.800, em 2014; 5.400, em 2015; e 6.100, em 2016. Assim por diante indo até...

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Só um minuto, Sra. Secretária.

Informo que estão presentes os nobres Vereadores Nelo Rodolfo, Paulo Fiorilo e Floriano Pesaro, relator do projeto, Toninho Paiva e Andrea Matarazzo.

A SRA. LEDA PAULANI – A nossa proposta é que esse servidor no final de carreira receba um salário 16.036 reais. O início de carreira, em 2016, chegará a 6.100 reais.

Aqui estão as curvas das duas carreiras: a de baixo é a carreira que existe hoje com o salário padrão e as gratificações e a de cima é a nova carreira. Então, dá para ter uma boa ideia da valorização que a gente está querendo dar nas carreiras.

- Manifestação na plateia. (vaidas)

A SRA. LEDA PAULANI – O novo regime de remuneração.

Primeiro, o regime de subsídio é previsto no artigo 39, da Constituição Federal. O pagamento se dá em parcela única, então, não é mais o padrão e um monte de penduricalhos.

É uma parcela única que vai remunerar.

- Manifestação na plateia.

A SRA. LEDA PAULANI – Qual é a vantagem do regime de remuneração por subsídio? Transparência, sabe-se exatamente quanto o servidor ganha; padronização, hoje temos servidores com os mais diferentes salários fazendo exatamente a mesma coisa, então esses servidores ganharão a mesma coisa com o tempo de trabalho equivalente; e uma melhor gestão da folha, uma gestão mais eficiente da folha, impedindo que ocorram problemas dentro da mesma, que sejam difíceis até de a gente perceber, dada a profusão de folhas que é necessário rodar por conta do regime de remuneração atual.

Esse regime é adotado por diversas carreiras do Governo Federal como: auditor fiscal da Receita, Polícia Federal, procurador da Fazenda Nacional, analista do Banco Central, diplomata, analista de finanças e controle, especialistas em políticas públicas de gestão governamental, entre outros.

E para os atuais servidores das carreiras de nível superior a adesão é opcional, quer dizer, isso ficou claro desde o início, está no PL. Devo lembrar que no Governo Federal, quando se fez a mudança em várias carreiras para subsídio não foi opcional e estamos dizendo que será opcional para vocês.

Então, agora, os atuais servidores, se quiserem podem passar para esse novo quadro de carreiras? Podem. Eles podem migrar para esse novo quadro. Qual é a regra de migração? A regra de migração é nominal. Então, se está no S-1, vai para o Q-1; se está no S-5, vai para Q-5 e assim por diante.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Silêncio no auditório, por favor.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI - A proposta do novo quadro de carreiras de nível superior contempla mais de 90% dos servidores com reajustes já em 2014. Em comparação com os salários atuais, os reajustes médios variam entre 34,86% e 126,58% até 2016. É o que

está aí. Para o servidor que quiser permanecer no quadro atual de carreiras, continua valendo a legislação vigente.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Silêncio no plenário, por favor. A Secretária tem mais alguns minutos.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI - Bom, gente... Eu pergunto se vale a pena terminar a exposição. Está difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Se não houver silêncio, a Secretária não continuará a exposição. Seria importante o debate após a explanação da Secretária. É algo que interessa a todos os servidores, então, vamos ouvi-la. Em seguida, o relator fará suas pontuações e ouviremos as entidades representativas.

Pode continuar sua explanação, Secretária.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Bom, então, a pessoa julga a carreira mais interessante e quer migrar, só que quando vai ver o salário proposto na tabela de 2014 é menor do que o que ganha hoje. O que acontece? É gerada uma parcela de subsídio complementar. Esse subsídio complementar é a diferença entre o salário tornado permanente do servidor e o valor da tabela de 2014. Esse subsídio complementar vai permanecer fixo até 2017. Por exemplo, o servidor tem uma remuneração atual de 12 mil reais e o subsídio em 2014 propõe 10 mil. A remuneração dele vai ser composta pelo subsídio de 10 mil mais a parcela de subsídio complementar de dois mil de modo a não haver perda. Em 2015, há um reajuste na tabela de vencimentos e o valor do subsídio muda para 11 mil. O servidor, em 2015, terá uma remuneração de 11 mil mais um subsídio complementar de dois mil, totalizando, assim, 13 mil. A partir de 2017, com a transição para a nova estrutura já completa, o subsídio complementar vai ser reajustado de acordo com a legislação salarial vigente. Já foi acordado com os servidores de que vai haver a revisão da lei salarial.

- Palmas no recinto.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Isso já está acordado. Haverá estudos para a revisão da lei salarial. Faremos estudos com a participação dos sindicatos, no âmbito do Sinp, para revisar a lei salarial, de modo que aqueles que optarem por ficar na carreira terão essa perspectiva.

O próximo *slide* mostra uma comparação do atual quadro de carreiras com o quadro de carreiras que está proposto. Esse salário que está aqui é o salário com todas as gratificações, quinquênios, sexta parte, tudo isso. Notem que os degraus entre as diversas referências são muito desiguais, não têm lógica. Na nossa proposta há uma lógica de variação entre as referências e os níveis. Então, sempre que muda de referência o aumento é de 4%, a não ser no terceiro bloco, porque é um aumento de 8% e no último. E quando muda de nível, sempre o aumento é maior. Então, é de 5% no caso dos dois primeiros blocos; 10% e depois 12% nos blocos finais. Então, tem uma lógica de construção dessa tabela. De modo que estamos propondo: uma carreira, que hoje vai de 3.157 até 7.404 passe a ser uma carreira que vai de 6.106 a 16.036.

Então essa é a proposta que estamos fazendo.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Por gentileza, silêncio, vamos ouvir.

A SRA. LEDA PAULANI - Aqui, colocamos nesse gráfico, o reajuste médio por referência daqueles que, eventualmente, migrarem para os novos quadros.

Aqui, por referência. Esses percentuais de aumento – para 2014, já nesse ano, retroativo a maio – variam porque o salário médio de cada uma dessas referências, hoje, também varia muito. Há referências em que há muito pouca gente, como é o caso, por exemplo, da S6.

Se você tem um salário muito alto ali, por qualquer razão, distorce a média. Por isso, aparecem esses percentuais. Mas, esses percentuais médio de aumento já ocorreriam em 2014. Pode passar para a frente, por favor.

Em 2016, se pegarmos pegar os salários propostos na tabela para 2016, teríamos, então, esses aumentos médios por referência: 126,51 no S1; 103,7 no S2 e, assim, por diante, até a última referência que é o S13. Seguinte.

Aqui, é a diferença o ganho do cargo em comissão que se tem hoje e o ganho que se terá com a nova lei. Hoje, sabemos que quando um servidor assume um cargo é porque já incorporou o cargo imediatamente anterior. E ele recebe só a diferença do cargo.

O que estamos propondo é que quando ele for assumir um cargo, como os DASs não serão mais incorporados, que receba o DAS cheio. E ele recebe isso enquanto estiver no cargo.

E a revisão das tabelas dos DAS é um próximo passo que vamos dar, aí, para a frente.

Então as vantagens que vemos para a Administração e para os servidores é um plano de carreira mais atrativo, melhores salários.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Senhores, a Secretária já está encerrando sua explanação, em seguida, vamos ouvir os representantes. Peço silêncio, pois, se não, não conseguiremos terminar.

A SRA. LEDA PAULANI - Então um plano de carreira mais atrativo, melhores salários, estímulo para que os servidores assumam cargos de chefia, isonomia entre servidores, simplificação da folha de pagamento ampliando a transparência e melhorando a gestão, e maior transparência nos mecanismos de reajuste salarial. É isso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Agradeço imensamente à Secretária e peço silêncio, por favor.

Registro as presenças dos nobres Vereadores: Nelo Rodolfo, que participa de outra comissão, a de Política Urbana, mas veio cumprimentar a todos, Edir Sales e Nabil Bonduki,

os quais também vêm acompanhar e apoiar os servidores

Passo imediatamente a palavra ao Relator do projeto Vereador Floriano Pesaro para que ele possa fazer rapidamente uma explanação e encaminhar algumas perguntas, que não serão respondidas agora e, em seguida, passarei a palavra aos representantes das entidades, para que se dirijam à Mesa e à Secretária.

O SR. FLORIANO PESARO – Bom dia a todos, cumprimento V.Exa. Sr. Presidente Goulart e aos demais membros da Comissão e dessa Casa, Sras. e Srs. Vereadores. Saúdo ainda todos os servidores públicos na figura da Prefeita Luiza Erundina, inclusive, agradecer a presença de V.Exa., aqui, nesse plenário.

Sr. Presidente, temos algumas questões a serem formuladas para a Secretária Leda Paulani, que nos apresenta, através do projeto do Executivo nº 312/2014 uma série de mudanças na remuneração dos servidores públicos municipais.

Só queria entender, aqui, hoje, como Relator do projeto, temos um grupo favorável e um grupo contrário. Só para entender: quem faz parte do grupo favorável? E quem é o grupo contrário?

- Manifestação na plateia.

O SR. FLORIANO PESARO – Há, de fato, uma ampla maioria aqui presente, apenas para entender.

Tenho 7 questões a serem feitas à Secretária Leda Paulani. Para entender melhor o texto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Peço novamente silêncio para que possamos ouvir as questões que, certamente, serão de interesse de todos os servidores.

O SR. FLORIANO PESARO – São 7 questões rápidas.

Primeira: para entender melhor o projeto, que me parece bastante confuso. O PL 312/2014 pretende transformar todos os especialistas em nível superior em analistas genéricos, com o mesmo valor de padrão de remuneração por subsídio sem observar as

importantes observações contidas no § 1º do Artigo 39 da Constituição Federal, quais sejam eles, e acredito que a Secretaria Leda Paulani e seu corpo dirigente tenham tomado ciência disso.

“§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório vai observar: Inciso I : a natureza, o grau de responsabilidade, e a complexidade dos cargos componentes de toda a carreira”.

- Manifestação na plateia.

O SR. FLORIANO PESARO – “Inciso II: os requisitos para a investidura do consequente cargo; Inciso III: as peculiaridades de cada um dos cargos”, isso está descrito na Constituição Federal, Secretária Leda.

Segunda questão: o subsídio proposto pelo PL 312 é uma forma de remuneração adequada para o agente público de carreira, isto é: um profissional aprovado em concurso público e qualificado, tecnicamente, para o serviço público municipal, a exemplos dos engenheiros, arquitetos e sociólogos – que já nos procuraram – é a forma que o Governo atual enxerga como adequada para esse agente público de carreira?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLORIANO PESARO – Contadores também, me lembra também a colega Vereadora Edir Sales.

Terceira questão: existe a possibilidade de os órgãos da Administração concederem reajustes superiores ao reajuste geral dos salários, fixados pelo Governo, uma vez que a remuneração terá por base uma parcela única como está descrito no projeto?

Quarto: haverá dificuldades de progressão a carreira uma vez que para atingir o teto da carreira o servidor terá que esperar a aposentadoria de outro e assim sucessivamente.

Cinco: a redação do anexo quinto não sendo exemplificativa induz a renúncia expressa de legislações esparsas a exemplo do auxílio funeral e auxílio educação. Não há nenhuma indicação no projeto de lei em relação às legislações adicionais além da atual

remuneração dos servidores.

A sexta pergunta, Secretária Leda, a instituição de subsídio municipal pode vir associada a um congelamento de seus valores já que não é possível a cada momento reestruturar a remuneração das carreiras por esse meio remuneradas. Essa é uma questão que foi levantada por vários grupos que nos procuraram durante essa semana. E a sétima questão é o direito do servidor público inativo de não ser prejudicado no sentido do reconhecimento a extensão de acréscimo remuneratório representado pelo valor do subsídio ao servidor da ativa, como o governo pensou essa questão?

Essa é uma audiência pública com os servidores públicos e é nosso papel nesta manhã é escutá-los.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Tem a palavra a Sra. Patrícia, que representa o sindicato dos geólogos.

A SRA. PATRÍCIA – Bom dia a todos, Nós representamos o sindicato dos geólogos do Estado de São Paulo, que constituem os especialistas em desenvolvimento urbano. Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer esta Casa de abrir esse espaço de discussão para podermos colocar o que estamos querendo. Ocupamos hoje esse microfone não só para defender a categoria dos geólogos, para defender os velhos ou os novos, que essa separação quem fez foi esse governo e não as entidades. Rejeitamos essa dicotomia, essa separação porque estamos hoje nesta Casa democrática para fazer a discussão de um PL que atenda a todos os trabalhadores, os novos, os velhos, os aposentados e os admitidos. Estamos aqui também para expressar os anseios e as preocupações até porque nós integramos a mesa de negociação e nos sentimos traídos sim porque depois de um ano e meio as entidades se viram, foram postas com um PL enviado à Câmara Municipal sem finalizar a negociação. Então, porque fomos contrários ao PL? Nós trabalhadores do nível superior universitário entendemos que o governo não cumpriu o que prometeu, contrariou todas as expectativas, inclusive, a do candidato Fernando Haddad, que foi nas entidades e prometeu um reajuste salarial que não é

o que se apresenta hoje.

Além de impor aos trabalhadores um novo regime de remuneração a gente entende que esse PL foi feito um *mix* de reestruturação de carreira e reajuste salarial. Não se pode tratar de duas coisas que impõem mudanças significativas para a vida dos trabalhadores. Queremos discutir reajuste salarial, mudança da lei 13.303 e depois a reestruturação de carreiras.

O PL traz graves riscos, estruturas de reenquadramento que por lei quem é o mais antigo... Como pode dar reajustes diferenciados para uma mesma categoria? Não é um fórum para discutir o PL 311, mas não tem como não citar esse PL que cria outra carreira. Nós do sindicato dos geólogos temos muito orgulho, temos 25 anos, fomos a primeira categoria de geólogos em prefeitura municipal e já fornecemos a essa administração uma subprefeita, dois chefes de gabinetes, diversos diretores de departamento assim como a grande maioria dos profissionais que estão aqui.

Então, a nossa categoria tem 100% tem especialização, 80% tem mestrado e 40% são doutores e vocês estão criando servidores de quinta categoria em relação aos servidores de primeira categoria. Gostaríamos de cobrar desta Casa e destes Vereadores responsabilidade, não responsabilidade com os servidores, mas responsabilidade com a Cidade. O que pedimos é a retirada dos três PLs e a volta da discussão pelo governo. Queremos sim a alteração salarial do PL 303 por uma unidade dos servidores, pela qualidade dos serviços públicos e pelo futuro da Cidade.

O SR. DAMARO – Agradeço ao Sr. Presidente de ter atendido o pedido de realizar essa audiência pública muito bem-vinda, pois é um instrumento de transparência e democracia. Nós protocolamos ontem no Colégio de Líderes um parecer jurídico sobre esse PL 312 de autoria da eminente Dra. Magdá, ex-procuradora da Prefeitura. Vou citar apenas um dos itens, depois os nossos colegas citarão outros para ficar bem claro e será protocolado para os senhores esse parecer jurídico em que são apontadas diversas ilegalidades e

inconstitucionalidades deste PL, que a Comissão de Constituição e Justiça irá tratar desse assunto. Achamos que isso vai embasar muito bem a decisão que os senhores irão tomar.

Terceiro quesito: os critérios de integração da nova carreira atende aos princípios e diretrizes estabelecidos à Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal? Não, os critérios de integração estabelecidos pelo projeto de lei apresenta flagrante violação ao princípio constitucional da isonomia e ao princípio da valorização do servidor público, previsto na Lei Orgânica do Município. (Palmas) Negam-se aos ativos as posições Q-15 até Q-17.

Estou resumindo, mas o parecer é mais extenso. É que eu não posso perder tempo.

No quarto quesito: o projeto de lei dá atendimento ao princípio constitucional da paridade? Não, obstante dentro do que foi dito no referido quesito, é possível afirmar que é igualmente os servidores em atividade, os inativos que apresentarem tempo de carreira e títulos poderão ser enquadrados até o último nível da carreira, mesmo que a lei nova a tente limitar por mecanismo à promoção e progressão (ininteligível) aposentados.

Nesse exato sentido, informando a todos e inclusive à Mesa, vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, neste ano de 2014 – já tem essa decisão do Supremo -, o princípio da paridade tem de ser atendido. Quem está no último fim, tanto ativo como inativo, tem de ir para o fim da carreira. (Palmas)

O regime jurídico em vigor será mantido para os não optantes? Não, na medida em que o projeto de lei é totalmente omissivo em relação à ascensão na carreira em que se encontram os servidores, a aposentadorias, vantagens pecuniárias e (ininteligível) do padrão de vencimento do servidor que compõem o sistema remuneratório em vigor, tais como as vantagens de ordem pessoal, inclusive adicionar mais tempo(?) de sexta-parte às parcelas relativas ao local de trabalho e ao exercício dos cargos; tal como já tinha destacado nos quesitos precedentes, a omissão legal leva à violação do princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Então, esse parecer está completo. Ele tem, mais ou menos, 25 páginas, Srs. Vereadores. Pediria que levassem bem em consideração esse parecer, elaborado pela eminente Dra. Magdá, ex-Procuradora e hoje Consultora da Área Trabalhista do Serviço Público.

Queria apenas fazer mais algumas considerações para finalizar. A Secretária, nesta audiência, afirmou que esse PL é para o início de carreira. Afirmou aqui. Fico pasmo. Isso vai contra o profissionalismo. A nossa carreira é um conjunto único. No profissionalismo deve-se prestigiar sim o início de carreira – sempre lutamos por isso -, nos 8,5 salários iniciais. Porém, tem de se prestigiar a experiência e a dedicação profissional. (Palmas) Os iniciais de carreira de hoje vão chegar lá também e vão querer ser devidamente remunerados.

Quem perde com isso são os profissionais, que não vão ter o interesse de se dedicar, e quem perde com isso, principalmente, Srs. Vereadores, é a municipalidade, que está desmontando a área tecnológica da maior cidade do País. (Palmas)

Eu, como cidadão paulistano e como contribuinte, exijo que esse corpo técnico seja valorizado para que preste ótimos serviços à cidade que tanto amo, São Paulo. E mais, eles estão desmontando essa área tecnológica para terceirizar a área pública. Isso é crime de lesa-pátria. Não podemos permitir isso nunca.

E mais: declaração na Folha de S.Paulo da Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Seu tempo já está esgotado.

O SR. DAMARO - Só mais um minutinho, esse aqui é importante. O pessoal precisa tomar conhecimento dessa afirmação que está aqui: da mesma forma que se espera que uma empresa possa prestar um bom serviço, serem profissionais, bem selecionados, bem remunerados e motivados constantemente capacitados é leviano pensar que a Prefeitura de São Paulo com toda a complexidade das tarefas que tem a desempenhar possa chegar a bom termo sem enfrentar o déficit de recursos humanos qualificados de que hoje é vítima. Afirmação da Secretária. Nós não somos importantes, essas duas carreiras que querem criar começam

com nove mil e treze mil e a nossa começa com quatro mil, engenharia municipal. Viva a engenharia municipal, viva os arquitetos e engenheiros dessa cidade.

O SR. FLORIANO PESARO – Gostaria de requisitar os documentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Serão encaminhados ao relator e a todos os membros da comissão.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Estou protocolando hoje um ofício da FASP e estamos entregando à Mesa este parecer que as associações pediram e que vai subsidiar os trabalhos dessa Mesa para podermos orientar quais são os pontos que não entendemos, que esse projeto está equivocado. Junto estou protocolando o dos administradores que por expertise e competência até hoje nesta Casa e lá na Sempla todas as reestruturações foram feitas por nós administradores de carreira da Cidade e hoje não tem ninguém nesse trabalho.

Infelizmente, hoje essa gestão não conta mais com esses profissionais por uma decisão exclusiva da gestão, quero deixar claro, não por profissionais que estão sempre prontos a contribuir. Fizemos essa contribuição em mesa, acho que não foi considerada e estamos trazendo a nossa contribuição, o nosso expertise, dessa carreira que pode falar de reestruturação para todos os servidores. O nosso olhar é amplo para os servidores.

Temos quatro pontos que consideramos estratégicos neste projeto. O PL não deixa claro quais são as rubricas que compõem o subsídio, a regra expressa e clara no próprio PL para os não optantes, quer dizer que fica muito subliminar, a gente gostaria que ficasse mais claro. No subsídio complementar a garantia do patrimônio funcional de cada servidor. Isto é cada servidor tem uma história dentro e, quando colocamos tudo igual, não é justo porque têm servidores que assumiram cargos durante a sua gestão, trabalharam 12, 14, 16 horas e esse patrimônio é individual, não dá para uniformizar por baixo.

Garantir enquadramento do tempo de integração. Hoje a carreira proposta é de 25 anos e seis meses, a atual carreira é de 25 anos, se é isso, porque não as pessoas que já têm

25, 28, 30 anos serão enquadradas de forma linear. Não existe isso, é um desrespeito a todos os profissionais que aqui um dia fizeram a opção por essa carreira, pela Cidade de São Paulo. Estamos falando da opção de pessoas de quererem garantir uma cidade melhor. Somos pessoas que fizemos a opção de gestão da Cidade, não fizemos opção por um emprego, fizemos a opção de querer a melhor cidade para morarmos e trabalharmos.

O SR. ENEIAS ARRUDA – Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar os servidores por essa demonstração maciça de cidadania e repúdio a este Vereador o sacrifício que este Governo está fazendo contra a gente. (Palmas)

Já foi dito que esse projeto é totalmente nefasto. Está todo mundo em desacordo com esse projeto que praticamente enterra a nossa carreira e outras carreiras também.

Eu gostaria de pedir aos Srs. Vereadores e a Sra. Secretária que tivessem o mínimo de responsabilidade para rejeitar completamente esse projeto enviado pelo Sr. Prefeito que nos prometeu há um ano que acabaria com o 0,01% e vem apresentar esse projeto que praticamente enterra as carreiras na Prefeitura. (Palmas)

Srs. Vereadores, se os senhores tiverem o mínimo de responsabilidade, esse projeto deve ser sumariamente rejeitado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Sr. Carlos Figueiredo Mourão, Presidente do Procuradores.

O SR. CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO – Bom dia, servidores do Município de São Paulo e Sra. Secretária. Eu venho aqui em nome da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo fazer algumas considerações sobre o ponto de vista da constitucionalidade desse projeto.

Para iniciar eu coloco aqui uma questão extremamente relevante: nós não somos administração federal. Nós temos administração municipal com as características específicas da administração municipal. Não dá para equiparar o que acontece na área federal com o que acontece na área municipal. (Palmas)

A União tem o cheque e o dinheiro para gastar o quanto quer e da maneira que quer. O Município tem as amarras e a gente não tem a garantia de que haverá reajuste e fixação dos subsídios. (Palmas)

Outro ponto relevante é sobre a questão jurídica, que é a questão das definições dos termos jurídicos. Quando se fala em subsídio, o que é subsídio? O que é subsídio está no parágrafo 4º, do artigo 39, da Constituição Federal, que é para “O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”. Isso que está sendo criado não tem característica de subsídio, não pode ser chamado de subsídio.

Quando você chega a uma administração municipal, que a única forma de ascensão na carreira é você ter quinquênio, sexta parte e a incorporação de cargos, querem acabar com isso e com o reajuste. Daqui a 20 anos não tem reajuste nenhum, 0,01, para acabar com todas as carreiras do Município por causa disso. (Palmas)

Peço que os nobres Vereadores tenham a ciência de que essa questão já foi julgada no Supremo Tribunal Federal e vou pedir a autorização para ler aqui o que aconteceu com a lei estadual, do Governo do Maranhão, que também fixou subsídio para todas as carreiras. A lavra é do Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, “Ação Direta de Inconstitucionalidade à Lei 8592, de 30 de abril de 2007, do Estado do Maranhão. Fixação dos subsídios para os servidores estaduais. Fixação indiscriminada, afronta ao disposto no artigo 39, § 4º, da Constituição do Brasil. Caracterização do *periculum in mora* e *fumus boni iuris*. Deferimento da medida cautelar.

1. O ato normativo impugnado institui a remuneração por meio de “subsídio” a grupos de servidores públicos do Estado do Maranhão. Aplicação indiscriminada.

2. O subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 da CB/88 pode ser estendida a outros

servidores públicos, configurando, contudo, pressupostos necessários à substituição de vencimentos por subsídio a organização dos servidores em carreira configura, bem assim a irredutibilidade da remuneração.

3. A lei questionada não disciplina, de forma clara, como será procedido o pagamento das vantagens adquiridas por decisão judicial ou em decorrência de decisão administrativa.

4. *Fumus boni iuris* demonstrado pela circunstância de a lei estadual ter ultrapassado o quanto poderia alcançar, em coerência com o Texto Constitucional.

O SR. CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO – É o que está acontecendo com esse PL. Então, peço que os nobres Vereadores rejeitem, tendo em vista à inconstitucionalidade desse PL.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Tem a palavra o Sr. Onorino Alves, da Administração dos Contadores.

O SR. ONORINO ALVES – Bom dia a todos. Em nome do Sr. Presidente desta comissão, cumprimento todas as autoridade presentes neste plenário.

Sr. Presidente, nós também somos veementemente contra esse projeto de lei. Somos contra não porque ele tem ilegalidade, ele tem irregularidades. Muito mais do que isso, é pela desvalorização do servidor público, ao não respeito ao servidor público de carreira. Como a Sra. Secretária disse, está se criando uma carreira para novos, não para aqueles que já estão aqui. (Palmas)

Então, cito só, como inconstitucionalidade ou como ilegalidade, um quesito só naquele parecer, que será entregue a V.Exas. É possível afirmar que o sistema de remuneração por subsídio, prevista no projeto de lei nº 0001-312,314, atenda às regras de princípios constitucionais, no conjunto das normas que se destinam a disciplinar o novo

sistema de remuneração por subsídio, e surgem omissões que atentam contra o princípio da transparência. A Sra. Secretária falou em transparência. Se o atual tem pouca transparência, este não tem transparência alguma. (Palmas)

Além disso, a previsão que conduz à violação da irredutibilidade de salários e vencimentos consagrados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do município de São Paulo... Portanto, Srs. Vereadores, esse projeto é nefasto ao servidor público; não pode prosperar.

Para que eu dê oportunidade a todos que querem falar, serei breve. O Governo compara o incomparável. Ele coloca 2014 *versus* 2016. Em 2016, muitos de nós não estaremos mais aqui, e ele quer comparar o salário de hoje com o salário de 2016. Isso não é possível. Como pode o Governo, que diz se democrático, fazer uma colocação como essa? Por isso, pedimos, Srs. Vereadores, que analisem esse parecer e digam “não” a esses projetos que estão vindo à Câmara, principalmente esse 312, porque, em decorrência, ele só será válido se for aprovado o 003; e isso jamais poderia ser aprovado por uma Casa que tem a responsabilidade com o município e com os servidores públicos desta Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Registro a presença dos nobres Vereadores Ricardo Young e Toninho Paiva.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Ricardo Mantiqueira.

- Manifestação na plateia.

O SR. SERGIO RICARDO MANTIQUEIRA – Obrigado, Srs. Vereadores. Parabéns pela Casa lotada, servidores; obrigado, Secretário, pela presença e à Comissão por atender ao pedido do Sindsep e demais entidades para que houvesse esta audiência pública.

Carta que encaminharemos ao Sr. Prefeito na tarde de hoje diz o seguinte: “O funcionalismo público brasileiro espera até hoje por uma regulamentação em nível nacional da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, para que dessa forma seja

garantido aos servidores o mesmo direito à negociação coletiva existente no setor privado. Bandeira do Sindsep construída em São Paulo com outras entidades, os Sistema de Negociação Permanente, Sinp, retomado em março de 2013 nos trouxe boas expectativas do Governo Haddad. No entanto, vários e recorrentes foram os problemas existentes no Sinp, descumprimento de compromissos, falta de clareza nas propostas, atraso nas respostas, desrespeito a calendário, desqualificaram espaço de negociação. A falta de investimento e mais quadros técnicos e políticos para o número de negociações por si demonstra o pouco compromisso do Governo com os processos de negociação com os municipais, a ponto de levar a categoria e o Sindsep diante dos emperramentos negociais nos vários setores a decidir por paralisações e greve geral. O Sindsep não abre mão de nenhum dos mecanismos de negociação, as mesas e as ruas. Assim tem sido nos últimos anos e governos, independente de reestruturações. Mesmo diante da rejeição da categoria, a imposição do conceito de subsídio pelo Governo Haddad para tratar da reestruturação do nível universitário desde setembro de 2013, o Sindsep em cumprimento à decisão dos trabalhadores, em assembleia, tem se mantido firme nas mesas de negociação, sem tirar os pés das ruas para que as propostas pudessem avançar. Porém, passou mais uma data base, 1º de maio, sem que os trabalhadores de nível universitário vissem cumprido o compromisso do Prefeito Fernando Haddad com a reposição de perdas. E mesmo sem conclusão das negociações, o Governo encaminhou sem anuência do Sindsep o PL 312 para a Câmara, rompendo mais uma vez a credibilidade dos trabalhadores sobre o compromisso do Governo com o processo de negociação, como já denunciemos mais de uma vez com os Vereadores, inclusive, antes do recesso. Para piorar encaminhou o PLO 03 e o PL 311, que sequer foram apresentados às entidades sindicais. Este último cria uma espécie de elite de nível superior com os salários iniciais 50% maiores do que os oferecidos aos servidores na proposta de reestruturação. Uma desqualificação dos servidores que até hoje tem garantido a construção, gestão, implementação e execução das políticas públicas da cidade de São Paulo. Sentem-se

indignados os servidores em final de carreira que não veem sua experiência, o maior legado do funcionalismo para a municipalidade, serem valorizadas as propostas. Ficam constrangidos os novos servidores que esperam uma carreira com melhores condições de crescimento e valorizados desde o princípio, por já ingressarem no funcionalismo vítimas dos ataques da última reforma previdenciária que lhes retirou a paridade. Tal processo, regido desta forma, além de dividir o funcionalismo, não pode ir por outro caminho que não o total colapso do sistema de negociação. Dessa forma, mediante audiências públicas do projeto de lei 312, o Sindisep vem em cumprimento à deliberação da assembleia dos servidores especialistas, como já oficiou a Sempla na data de ontem, reivindicar que o mesmo projeto de lei seja imediatamente retirado pelo Executivo, para que possamos discutir um substitutivo que contemple, ouça e reflita as vozes dos servidores de nível universitário. 13 de agosto de 2014. Sindsep”.

Para encerrar, Srs. Vereadores, apresentamos propostas aceitas por várias ou quase todas as entidades da Mesa, de que se considerasse o tempo de carreira e o próprio Governo nos disse que a proposta era viável. Disse que não tinha o dinheiro. No projeto 311 diz que só 33% estão sendo gastos com funcionalismo. Temos a possibilidade de chegar a 50%. Precisa mudar essa lei salarial.

E falta de resposta aos servidores admitidos, que só ir para a Sempla não adianta, estamos reivindicando, há ação judicial ganha aqui na Prefeitura de São Paulo, mais de mil e quinhentos requerimentos do sindicato já chegaram e vamos entregar para o Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Obrigado. Para esclarecimento, até agora sete representantes fizeram uso da palavra e falaram por 35 minutos. Faltam apenas 25 minutos para encerrar a audiência pública. Peço que sejam rápidos para ouvirmos todos.

Registro a presença do nobre Vereador Vavá.

Tem a palavra a Sra. Junéia Batista, da CUT.

A SRA. JUNÉIA BATISTA – Bom dia companheiros, companheiras, Mesa, minha Prefeita e Professora Luiza Erundina, estou aliviada com a fala que me antecedeu. Estou muito feliz de ter ouvido a declaração do Presidente do meu Sindicato.

Na assembleia de segunda-feira, do nível universitário, tivemos um embate muito pesado dos contra e a favor a esse PL nefasto. Então minha fala vai ser muito rápida. Tenho aqui em meu peito dois *bottons*. Um é do PT. O primeiro Vereador que eu votei está ali na Mesa: Arselino Tatto. Não tenho vergonha nenhuma da minha história. Hoje sou da Direção Executiva da CUT, estou suplente no meu sindicato e estou aqui para defender meus princípios de classe e dizer que Fernando Haddad, que eu trabalhei na campanha, e ele esteve no meu sindicato e disse que ia primeiro regularizar a questão dos reajustes salariais e ia mudar a lei salarial.

Então aqui eu peço que ele cumpra o que ele falou. Primeiro a gente quer reajuste salarial. Mudança da lei salarial. Depois vamos nos matar para brigar que queremos essa carreira ou uma proposta do Governo.

E adorei que a Leda Paulani conseguiu ficar com a gente mais de cinco minutos, porque não foi a primeira, nem a segunda vez que ela chega numa reunião, mesa de negociação, e recebo os informes que ela chega muitas vezes com a mão na chave do carro, com pressa porque tem outra reunião e não tem tempo para receber a gestão de pessoas. Eu acho muito bom que na próxima apresentação ela coloque o valor correto do inicial de carreira. É por isso que os trabalhadores de CEUs estão desesperados para que se aprove, porque é uma baixaria que os trabalhadores e trabalhadoras de CEU vivam da forma que vivem com o salário que ganham.

Nível universitário da Prefeitura de São Paulo ser comparado à carreira de Diplomata. Está de brincadeira, Secretária. Está de brincadeira. Mais respeito com o funcionalismo que constrói esta Cidade. Estou nesta Casa há 26 anos, 25 anos no meu Sindicato e exijo que esse Governo que ajudo a apoiar retire esse PL nefasto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Tem a palavra a Sra. Denise de Souza.

A SRA. DENISE DE SOUZA - Bom dia a todos, nobres Vereadores, Secretária, muitas falas já foram feitas, assuntos foram abordados, serei breve. Esse PL tem uma base de fundamentação muito importante que é a previsão do subsídio, além do enquadramento dos novos quadros e carreiras, e esse subsídio precisa de uma adequação, na Lei Orgânica do Município, para poder ter essa previsão. Para tanto, tem um PLO, também encaminhado à Câmara, que ainda não passou por audiência pública, que já foi solicitada, ou seja, o PL 312, na verdade, depende da adequação da Lei Orgânica, artigo 92, para prever o subsídio.

A justificativa, a exposição de motivos do Executivo, para a solicitação da inclusão do subsídio na Lei Orgânica é muito simples e, basicamente, coloca uma das questões: a simplificação, a transparência e a possibilidade de monitoramento.

Ora, simplificação do quê? Os nossos salários não têm tantos penduricalhos assim. O nosso salário tem um padrão, tem as vantagens por tempo de serviço, os cargos que são exercidos, somente isso, mais nada. Há gratificação de gabinete, dependendo do cargo que for exercido. Ou seja, é a nossa vida, é a nossa experiência durante esses anos todos.

Tenho 23 anos de Prefeitura, tenho DAS-15 incorporado, sim, adicionais, sexta parte, nem por isso deixo de me dedicar oito horas, por dia,...

- Manifestação na galeria. (Palmas)

A SRA. DENISE DE SOUZA – Em todos os dias por semana ao serviço público, porque acredito no serviço público.

Outra questão importante da justificativa é: ...”a harmonização interna das remunerações, uma vez que deixam de existir grupos dentro das carreiras que percebem salários diferenciados em função de adicionais, incorporados por tempo de serviço, ou em função de cargos de confiança.”. É essa a justificativa do Executivo para criar o subsídio, ou seja, é a harmonização entre salários. Harmonizam aqueles que são desiguais, toda

experiência acumulada que tem que ser respeitada e valorizada é essa a valorização.

Justamente por conta desses adicionais por tempo de serviço que nós conseguimos sobreviver até hoje sem ter os reajustes.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

A SRA. DENISE DE SOUZA – Outra questão importante é que esses direitos que nós temos são inegociáveis, são automáticos. A partir do momento que se transforma uma parcela única de subsídio, jamais vamos conseguir isso automaticamente, ou seja, sempre vai depender de um plano de carreira, de uma negociação.

Desde que eu entrei como engenheira, no concurso de engenheiros e arquitetos na gestão da Prefeita Luiza Erundina, até hoje, cada administração que entra apresenta uma proposta de reestruturação da carreira e aborta a evolução da atual carreira. (Palmas)

Nós estamos hoje numa carreira que, pela primeira vez, em 20 anos, conseguimos evolução funcional por mérito, por apresentação de títulos. A Administração não só previu a evolução e fez efetivamente a evolução, como possibilitou aos servidores, de forma gratuita, o acesso à especialização. (Palmas)

Nós temos MBAs gratuitos, cursos de gestão pública itinerantes. A Prefeitura fez uma lei, possibilitou a evolução funcional e deu gratuitamente a possibilidade da capacitação. Isso é um plano de carreira.

Agora, o que nós temos? Realmente a compensação pelas perdas da inflação, que a Lei Orgânica do Município dispõe e protege. Ou seja, as administrações não cumprem a Lei Orgânica ao não proteger os servidores das perdas inflacionárias. Essa é uma questão importante.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) - Próxima, Ana Lúcia, do Sindicato dos Enfermeiros.

A SRA. ANA LÚCIA – Bom dia a todos, aos internautas que estão nos ouvindo, à mesa, a nossa ex-Prefeita Luiza Erundina e parabéns para nós todos servidores, que estamos

aqui mobilizados, fazendo desta Casa de Lei o espaço nosso de negociação, pois precisamos de respostas em relação a esse PL.

Sou a primeira da Saúde a falar, espero que na plateia estejam muitos profissionais desse setor. Queria lembrar que o nosso projeto de lei da Saúde ainda não foi protocolado, mas nós sabemos que o que foi apresentado hoje, com certeza, terá reflexo no nosso PL.

Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma, que haja uma diferenciação salarial entre especialistas. Todos nós somos profissionais, trabalhadores do Município, a Administração não pode diferenciar profissionais da Administração com os da Saúde.

Portanto, estamos dando o recado de que se houver mudança nesse PL, hoje apresentado, nós também teremos as nossas considerações no nosso PL, pois hoje o quadro mostrado pela Secretária Leda Paulani mostra, ao longo desse tempo, que a maior concentração de trabalhadores está entre 20 e 25 anos de trabalho, pela ausência de concursos públicos nas administrações anteriores. (Palmas)

Esses profissionais até hoje deram sustentabilidade para todas as ações deste Governo, seja na Saúde, Educação, Segurança, engenharia, auditores, somos nós que damos sustentabilidade em todas essas ações.

Quero fazer outro comentário sobre a fala de vários colegas que nos antecederam, sobre a questão apresentada pela Secretária, em relação à apresentada pelo Governo Federal. “Que diferença nós temos – um colega pontuou – nós não somos. Todas essas profissões são profissões de Estado. Como vai nos comparar, uma administração municipal com outro tipo de administração, como diplomata e todos esses.”. Não dá isso é inegociável, no mínimo é imoral. (Palmas)

Queria fazer outro comentário: todas as entidades, principalmente as da Saúde, já decidiram que não assinarão esse PL, se não tiver contemplada uma lei salarial. Porque não podemos ficar no vácuo em 2014, 2015 e 2016.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

A SRA. ANA LÚCIA – E os próximos governos, vão dar 0,01%? Nós queremos sim uma lei salarial, para nós isso é ponto pacífico, estamos na reivindicação.

Quem tem as ações que ainda hoje não foram ganhas, que estão esperando julgamento, como ficarão na nova proposta do Governo com a nova terminologia das carreiras? Como vão ficar? Isso é um direito do trabalhador que ficou há tempos, batalhando por uma revalorização que não foi dada e só está conseguindo através de ação judicial.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) - Próxima, Ana Costa Rosa, Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. ANA ROSA COSTA – Isso. Meu nome é Ana Rosa Costa, sou conselheira Municipal de Saúde, não tenho mandato para falar em nome do Conselho, mas o Conselho, no ano passado aprovou uma resolução de apoio aos trabalhadores por conta da campanha salarial. Amanhã, neste momento, está sendo discutida lá uma resolução, dando apoio ao movimento de todo trabalhador Municipal neste momento. Quem quiser participar da votação será amanhã, a partir das 14h. Essa resolução fala dos problemas que nós estamos enfrentando. Por quê? Porque todas as conferências municipais de saúde – e eu estou na luta da saúde desde 80, quando eu entrei pela porta da frente, por um concurso público do Município de São Paulo, tenho 35 anos de carteira assinada e sou aposentada a 2 anos. Em todas as conferências de que participais e, também, nas que não participei, todas foram unânimes em dizer que a valorização do trabalhador municipal é que dá qualidade ao serviço público. Não é político (Palmas), não é Executivo, são os trabalhadores do Município que dão qualidade ao serviço público. Posso falar com tranquilidade porque a conferência está acima do Conselho.

Ele também diz que não se deve dividir a categoria e se deve fazer a fixação do profissional, porque o usuário não quer hoje ser atendido por um e, amanhã, por outro. Agora como falar em fixação de profissional, se, a partir do Q9, mostrado aqui pela Secretária, até o

final, tem uma diferença de 200 reais, ano a ano. Pergunto a vocês quem faz o que com 200 reais. Não paga nem a condução. (Palmas) Porque o trabalhador de nível universitário não tem direito ao vale-transporte, paga do seu bolso o transporte.

Eu queria dizer o seguinte: rebaixa o trabalhador, porque desde que me conheço por gente tem plano de carreira nesta Prefeitura, nós, sempre no enquadramento, fomos valorizados, subimos uma ou duas referências por conta de apresentarmos os pré-requisitos. Dessa vez, não tem isso. Eu que estou no topo da carreira, vou ficar na metade, porque há pessoas que vieram de outros lugares, que não conhecem a nossa realidade, e decidiram que o enquadramento é linear. (Palmas)

Quem decidiu e quebrou uma prática de anos? Digam-me. Não venham dizer que foi professor universitário, porque minha irmã é e não essas buadas. (Palmas) É da USP, concursada, sem dever favor a ninguém.

Isso tem que ser levado em conta.

Desculpem-me. Eu votei nesse partido, fiz campanha, mas não é isso que o Sr. Haddad prometeu a nós. (Palmas) Não foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Obrigado, Ana.

O próximo é o Engenheiro Eduardo.

- Tumulto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, eu estou desde o início nesta reunião, e tem umas pessoas que são a favor do projeto – pelo que eu sei. (Vaias) Não sou eu. (Palmas)

Eu queria dizer o seguinte: aqui se pronunciou o Poder Executivo. A maioria – quase 99% - é contra o projeto. É claro. (Palmas) Agora há algumas pessoas que são a favor – pelo menos, trouxeram para o Presidente documentos dizendo que são a favor. Eu queria saber se ninguém vai se posicionar a favor no microfone? Só quero saber. Tem pessoas que vieram em todas as audiências públicas, mas há quem seja a favor e quem seja contra. Temos

de ouvir os dois lados.

Queria saber, se tem alguém, nessa plenária, Sr. Presidente.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vereador Roberto Tripoli, a ordem da inscrição será seguida, caso alguns deles estejam inscritos.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Estou perguntando porque sou a favor do projeto, mas temos de ouvir qualquer um. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Dante. Quem não estiver inscrito, precisará se inscrever. Seguindo a ordem de inscrição, Sr. Eduardo Dante, por favor.

- Manifestações na galeria.

O SR. EDUARDO DANTE – Parabéns aos funcionários. Eu como aposentado, engenheiro da Prefeitura, nunca vi uma manifestação dessa. Parabéns à Câmara Municipal que permite esse diálogo democrático.

Esse PL 312/2014 – no meu modo de ver, sou engenheiro, mas tenho uma família de advogados, juizes e até desembargador – acho que não está no momento certo. Para fazer isso, precisa alterar a Lei Orgânica do Município.

Então deveria ser discutido, primeiro, a LOM. Segundo, esse projeto faz umas mágicas, amanhã não sei que nome vai dar para a carreira de engenheiro, uma hora é especialista, outra hora é analista. O futuro vai ser o quê?

E vale também para arquitetos, contadores, quer dizer, um absurdo junta na vala comum tudo isso.

Depois, eu li o parecer, espero que os senhores também tenham lido, e para mim foi muito complicado. Fiquei até com medo de ler aquele parecer jurídico por causa da complexidade na mudança de uma legislação. Espero que leiam com calma e peçam à sua assessoria jurídica que têm – que eu sei que têm - para fazer uma análise correta disso aí.

E peço que esse projeto seja enviado também para as outras comissões, principalmente, para aquele que trata de problemas públicos, Administração Pública, repito: para uma análise criteriosa.

E, para finalizar, os aposentados que eu represento, serão tremendamente prejudicados, pois não há uma regra clara para a posição que eu vou: se vou para última, fim de carreira, ou não vou. Então isso rompe a qualidade.

E mais: verifica-se nesse projeto que vai ser modificada a gratificação de produtividade. Isso vai trazer, talvez, uma redução de salário, o que a Constituição não permite. Então peço aos senhores que rejeitem esse projeto de lei.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Nesse momento, ouviremos o engenheiro Paulo, que será o último, pois não temos mais tempo.

O SR. PAULO – Minha fala é rápida, serão três minutos, pois já li em casa.

- Manifestação na galeria

O SR. PAULO – Ué, porque não se inscreveu? Eu estou inscrito.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Engenheiro Paulo, por favor.

O SR. PAULO – Srs. Vereadores, bom dia e obrigado pela acolhida na Casa dos senhores. Esse é um agradecimento dos engenheiros e arquitetos que pertencem ao quadro da Prefeitura fazem.

É dever do estado de direito garantir e fortalecer as suas instituições e o agente público é a peça mais importante nesta engrenagem, é o guardião do estado e peça fundamental para o exercício da democracia. O PL 312 vai contra essa premissa, pois o seu conteúdo pretende claramente desmontar a carreira da engenharia e da arquitetura municipal. Ela não apresenta nenhuma evolução funcional ao longo dos anos, diferentemente do que acontece hoje, com a incorporação dos quinquênios, sexta parte e os cargos de chefia exercidos. A forma atual de evolução funcional convida e incentiva os novos ingressantes a permanecer no serviço público desde que se aumente o salário, é lógico.

Essa permanência é importante porque a Cidade, através dos seus engenheiros e arquitetos adquire com o passar dos anos uma memória técnica da Cidade podendo solucionar, propor alternativas e caminho mais curtos e mais baratos.

Em suma, esses técnicos usam essa expertise em benefício de todos aqueles que aqui habitam. Os engenheiros e arquitetos de carreira também preservam a imparcialidade na aplicação de políticas públicas benéficas para a sociedade garantindo a sua continuidade ao longo do tempo; exercem também o papel de mediadores dos interesses da Cidade, a economia privada e terceirizações, protegendo a população dos interesses corporativos.

Se a política exarada pelo o conteúdo do PL 312 fosse implantada, ela aniquilaria em curto prazo com a engenharia e arquitetura municipal, aumentaria ainda mais as terceirizações com a contratação temporária de técnicos. (Palmas)

Esses técnicos não têm qualquer ligação ou compromisso com os problemas da Cidade, entram e saem, desconhecem o funcionamento da máquina pública, nada acrescentando e as empresas que os empregam, via de regra, tratam a coisa pública como um simples negócio.

Peço, portanto, aos Srs. Vereadores que sejam nossos parceiros e nos acompanhem nessa luta de preservação da nossa carreira rejeitando esse PL. A maior cidade da América Latina, por outro lado, não merece ver seu corpo técnico sendo vítima de tamanho arrocho salarial, atual submetendo todos nós a uma situação vexaminosa e constrangedora.

Tenho certeza de que atendendo ao nosso pleito, os senhores não estarão somente atendendo a nossa categoria, mas principalmente a interesses maiores da cidade de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vai falar agora o Sr. Hugo Leonardo Abud, último orador.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Sou bibliotecário e entrei há cinco anos na Prefeitura e talvez hoje eu esteja no dia mais importante da minha carreira profissional porque estou....

- Manifestação na galeria.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Represento bibliotecários novos, especialistas novos. O que acontece? O nosso salário é uma miséria. Eu compartilho de coração todas as reclamações de vocês, só que nossa situação é muito mais precária.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – A culpa é, sim, do Governo, mas, calma. A primeira coisa que eu vou falar: por que a maioria aqui é contra? Por quê? A maioria está aqui hoje e é contra porque outros colegas estão trabalhando, os colegas novos estão trabalhando porque os CEUs estão abertos.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Os CEUs estão abertos, as bibliotecas estão abertas.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – As bibliotecas estão abertas. Ouçam, ouçam, ouçam.

- Manifestações no recinto.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Silêncio, por favor.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Ouçam, ouçam.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir o orador.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Ouçam.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir o orador.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir o orador, por favor.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Respeito, colegas! Respeito! Eu quero respeito!

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir o orador. Eu peço silêncio, senão eu vou obrigado a encerrar antes de ouvir a Secretária.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Em nenhum momento eu chamei os colegas de vagabundos.

- Manifestações no recinto.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Respeito!

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, vamos ouvir o último orador.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Por favor, por favor, por favor, ouçam.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vamos ouvir rapidamente para depois ouvirmos um membro da Comissão.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Gente, pelo amor de Deus, ninguém aqui é vagabundo. Todo mundo falou. Calma! Calma, gente!

- Manifestações no recinto.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, silêncio, por favor.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Colegas, colegas, somos companheiros, lutamos pelo mesmo ideal. Lutamos pelo mesmo ideal.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Silêncio, por favor, vamos ouvir o orador.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Por favor, ouçam, ouçam, ouçam. Colegas, ouçam, por favor! Vocês não deixaram eu concluir. Vocês não deixaram eu concluir. Por favor!

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, vamos ouvir.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Eu posso ler a carta?

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Eu posso ler a carta?

- Manifestações no recinto.

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Cadê a democracia?

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, vocês querem que encerremos?

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Cadê a democracia de vocês? Cadê a democracia? Vamos ouvir!

- A presidência faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Vocês querem encerrar a reunião? Nós vamos encerrar a audiência pública dessa forma.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Eu posso ler a carta?

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – A palavra está garantida. Se, por acaso, os senhores não permitirem, nós vamos ser obrigados a encerrar a audiência pública. Eu acho que ninguém quer.

- Manifestações no recinto.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Cadê a democracia?

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Por gentileza!

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – O que eu quero falar é o seguinte e é simples: todos somos trabalhadores sofridos, precisamos de um reajuste salarial, sim, de um trabalho digno, de uma valorização do servidor, que está abandonado. A situação está ridícula, ridícula. (Palmas)

Entre na Prefeitura com um ideal, eu me formei numa faculdade pública e gratuita, estou aqui me expondo como vidraça, alguns colegas me criticando, me xingando, mas eu quero dizer que todos somos trabalhadores. Infelizmente, os novos bibliotecários, eu falo em

nome dos bibliotecários, não puderam estar aqui porque as bibliotecas estão abertas e quem está aqui está em rodízio, porque a gente está lá, funcionando. Assim como todos que estão aqui. Todos.

Agora eu vou ler a carta.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Não dá tempo de ler a carta, só restam mais três minutos.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – É breve. É breve.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pode nos passar a carta que a gente lê e passa para a Secretária.

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Então, para finalizar, eu coloco a seguinte questão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Amigo, aqui não tem esse negócio não de xingar. Aqui tem que ter respeito. Se o senhor não tem respeito em sua casa, aqui vai ter, Pode continuar. (Palmas)

O SR. HUGO LEONARDO ABUD – Leda, eu coloco para você, como proposta, a seguinte questão e que encaminhe para as Secretarias, para as unidades de trabalho, para os bibliotecários - eu falo em nome dos bibliotecários, então, não cito os outros colegas -: que a senhora consulte internamente, que eles encaminhem para os RHs das unidades se eles são favoráveis ou contra o PL e ponto final. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Consulta, indago agora os membros da Comissão, os Vereadores membros da Comissão. O Vereador Tripoli vai querer fazer uso da palavra?

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Palavra com o Vereador Tripoli. Em seguida, a Secretária. O Vereador Floriano já falou.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – A audiência pública é para ouvir todas as pessoas envolvidas nessa questão. Os Vereadores têm que ouvir todos e com respeito. Eu não falei que eu sou a favor, eu só queria ouvir, porque só ouvir algumas pessoas, dessa forma não vai avançar. Eu sugiro...

- Manifestações no recinto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Olha, na gritaria aqui não se consegue nada. Na gritaria não se consegue nada. Eu fui quem pedi para um de vocês se pronunciarem, ou vocês se esquecem? É democracia. Eu acho que a coisa não vai parar aqui, porque está confuso. Eu acho que, na próxima reunião – nós temos que ter outra audiência pública, Sr. Presidente, antes de avançar esse processo –, acho que nós temos que ter as condições de mérito, porque a douta Comissão de Justiça, da qual eu faço parte, ela teria que analisar só a questão legal, ela não tem que analisar ao mérito, e aqui nós estamos discutindo o mérito. Então, eu acredito que teria que ser feita uma reunião com a Comissão de Administração Pública e com a de Finanças, porque, juridicamente, tanto um lado como o outro está correto, é só mudar a lei, enfim. A Comissão de Justiça só pode se pronunciar em relação à legalidade, ilegalidade e inconstitucionalidade ou não. E isso é uma questão de mérito e tem um impacto econômico, e eu não estou vendo ninguém da Comissão de Finanças aqui, que tem que discutir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu sei, mas a reunião foi convocada pela Comissão de Justiça a pedido de todos. Então, eu acredito que esse processo tem que parar, não tramitar mais na Casa, não seguir para Plenário, e nós temos que ter outra audiência pública, um pouco mais organizada, principalmente com o respeito dos mais velhos aos mais jovens. (Palmas)

Eu estou aqui há muito tempo e sempre respeitei os engenheiros. Temos que respeitar todos. Vamos ouvir. Por que não ouvi-los? Temos que ouvir a Secretária, temos que ouvir o Executivo, o Legislativo. Os Vereadores se pronunciaram pouco.

Então, como membro da Comissão de Justiça, eu queria fazer o seguinte

encaminhamento: que fosse feita a próxima audiência pública juntamente com a Comissão de Administração Pública e a de Finanças e que fosse um pouco mais organizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, pedi a palavra só para esclarecer.

Esta audiência pública foi convocada na Comissão de Constituição e Justiça para discutir a legalidade do projeto. Não estamos discutindo aqui o mérito e sim a legalidade. Consideramos que o projeto afronta a Lei Orgânica do Município.

- Manifestações na plateia.

O SR. FLORIANO PESARO – Afronta os princípios da igualdade e o §1º, do artigo 39 da Constituição Federal. De fato, estamos aqui discutindo a admissibilidade e a judicialidade, e consideramos o projeto, até o presente momento, ilegal. Depois, vamos sugerir, no próprio parecer, que haja a realização de discussões e de audiências públicas nas Comissões de Mérito.

Agradeço a participação do Presidente Tripoli, que tem nos ajudado inclusive na orientação da tramitação dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Apenas gostaria de dizer que há o PL que diz respeito à Lei Orgânica e que a Comissão de Constituição e Justiça irá deliberar hoje se teremos uma audiência pública sobre o PLO. Não é neste momento, mas na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Neste momento, passarei a palavra à Sra. Secretária para que, em seguida, possamos encerrar esta audiência pública.

Com a palavra a Sra. Leda Paulani.

A SRA. LEDA PAULANI – Bem, primeiro, quero parabenizar o espírito democrático dos servidores que no momento em que uma voz contrária vai se pronunciar, ela é

praticamente impedida de falar.

- Manifestações na plateia.

A SRA. LEDA PAULANI – Acho que vocês deram uma demonstração de espírito democrático inigualável.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Silêncio, por favor.

A SRA. LEDA PAULANI – Segundo, peço licença ao Vereador Floriano Pesaro para responder inicialmente às questões dos servidores, porque acho que algumas delas também já respondem algumas das suas questões.

O PL não põe velhos contra novos.

- Manifestações na plateia.

A SRA. LEDA PAULANI – Em todas as referências, em todas elas, há diferenças brutais de salário, em todas elas. Então, há referências do começo da carreira que têm salários muito altos e que vão se beneficiar menos, se optarem pela migração. Assim como há referências de meio e de fim de carreira que têm também salários muito altos. E têm também salários muito baixos em todas as referências. Então, não é uma questão de novos contra velhos.

Outra questão é a seguinte: alguém disse que todo mundo é contra. Obviamente, ficou claro aqui que não é todo mundo contra.

- Manifestações na plateia.

A SRA. LEDA PAULANI – Existe uma parcela dos servidores, que inclusive estão presentes aqui, e são favoráveis. Têm até faixas e cartazes aqui apoiando o PL. Quero também lembrar as palavras de uma servidora quando se referiu a uma assembleia de um sindicato, creio que do Sindsep, e disse que lá houve um embate entre os que são contra e os a favor. Portanto, não é uma unanimidade contra o projeto.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

A SRA. LEDA PAULANI – Há aqueles que julgam que não serão tão beneficiados com a migração, são os que estão mais próximos dos sindicatos e são mais organizados. É isso que acontece. Precisamos ter cuidado para não impor uma ditadura de minoria nessa questão.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, vamos garantir a palavra da Sra. Secretária, por favor.

Silêncio, por favor, pessoal.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – A Sra. Secretária está com a palavra. Vamos ouvir. Haverá outras audiências públicas, pessoal. É importante ouvir o que a Sra. Secretária tem a dizer. Depois, teremos outras audiências públicas.

A SRA. LEDA PAULANI – Alguém disse também que esse PL foi feito por alguns apaniguados. Esse PL foi feito conversando com muitos servidores da Sempla, vários deles competentes servidores de carreira. Vários deles...

- Manifestações na plateia. Tumulto.

A SRA. LEDA PAULANI – Vários deles em final de carreira e que nos ajudaram muitíssimo, que têm muita experiência, são administradores de carreira, gente muito qualificada e que nos ajudaram a elaborar esse PL.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Por favor, se continuar como está, vamos dar por encerrada a audiência. Os senhores vão ficar sem o esclarecimento. Parece que é isso que os senhores querem. Entendo bem de agito, participei muito disso na minha vida, mas acho que não é o momento, não é pessoal?

Tem a palavra a Sra. Secretária. Por gentileza, vamos ouvi-la.

A SRA. LEDA PAULANI – Gostaria de ler um parágrafo de uma carta dos

profissionais servidores que estão apoiando o PL. Não vou ler tudo porque ela é longa.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

A SRA. LEDA PAULANI – Sem democracia não dá.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, vamos ouvir, por gentileza. Silêncio, por favor.

A SRA. LEDA PAULANI – A carta diz o seguinte: “Em face da carta aberta apresentada à V.Exa...”

Talvez seja melhor não ler.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, encaminho pelo encerramento da audiência, já que ninguém vai ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – Pessoal, uma vez que a grande maioria não quer ouvir mais a fala da Sra. Secretária, vamos encerrar e marcar a próxima audiência pública.

Agradeço aos Srs. Vereadores e à Sra. Secretária.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

- Manifestações na plateia. Tumulto.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, haverá reunião da Comissão de Constituição e Justiça, agora, às 14h. Já temos um voto em separado para o PLO que está na pauta, vamos considerá-lo inconstitucional. Seria importante que os senhores estivessem presentes. Lamento que, sob pressão do Líder do Governo, a Sra. Secretária não responderá nenhuma das minhas perguntas.

Se continuar desse jeito, também daremos pela inconstitucionalidade do projeto de lei.

- Manifestação fora do microfone.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Goulart) – A Presidência não é movida por pressão,

Vereador Floriano Pesaro.

Estão encerrados os nossos trabalhos.